

ENTRE A NORMA E O USO: CONFLITO DO REVISOR

Solange Carvalho (UFPE)
carvalho.solange@gmail.com

RESUMO

Este artigo discutiu o posicionamento do revisor diante dos usos da língua. Para tanto, buscou-se elucidar os conflitos conceituais mais frequentes (língua, norma, uso, erro, desvio, variação) que, por sua vez, são pontos de conflito entre os revisores linguísticos. Como um profissional que trabalha com os variados gêneros textuais e, sobretudo, com os gêneros formais da língua, o revisor que deve conhecer tanto as prescrições da gramática normativa, para corrigir possíveis desvios de convenção da escrita e os considerados erros gramaticais, como os casos conflitantes que se apresentam, considerando o nível de formalidade dos registros. Nessa perspectiva, foi observado o processo de gramaticalização na atividade técnica de revisão linguística, buscando esclarecer os aspectos entre a norma e o uso do português brasileiro, conflito do revisor. É cabível de registro que a abordagem funcionalista assumida se fundamentou nos pressupostos teóricos de Hopper e nos postulados de Ataliba de Castilho sobre a gramática do português brasileiro. O artigo analisou a concepção de língua que norteia o revisor de textos. Entende-se que a reflexão deixada pela abordagem dada aos conflitos do revisor avisado do ponto de vista linguístico se presta ao interesse de pesquisadores da língua das variadas perspectivas de base funcionalista e demais interessados nos rumos do português em uso no Brasil.

Palavras-chave: Concepções de língua. Norma culta. Revisão linguística.

1. Introdução

A dissimetria entre a norma e o uso, ou seja, a discrepância entre as prescrições normativas da gramática tradicional e o uso espontâneo da língua é um dos grandes condicionantes para a aversão de alguns nativos com a língua portuguesa. Mesmo nas séries iniciais o aluno “aprende” que não conhece a língua, que não sabe usar a língua materna, que precisa monitorar-se para deixar o uso espontâneo da fala para utilizar expressões da língua, muitas vezes em desuso, se quiser ascender socialmente. O que ele não sabe é que sabe sim a língua nativa, não sabe que alguns usos perderam carga semântica inicial e foram por eles mesmos substituídos intuitivamente para atender as suas necessidades de construir sentidos, de compreender e dá-se a compreender, como dizia Marcuschi (2008). Não sabe que sabe, porque não aprendeu com seus “mentores” (pais, mestres) suas referências, e que são estrangeiros em sua própria língua, como afirmou Coseriu (1974), mas que todos têm condições de encontrar o seu espaço.

Há dez anos no combate ao preconceito linguístico, sendo contra o uso de expressões de preconceito ao vernáculo para ver, em pleno século XXI, em eventos de médio e grande porte, expositores destilarem em suas falas expressões de preconceito linguístico é, de fato, lamentável.

O aluno retirou um texto da Internet e algumas palavras não estavam de acordo com a prescrição da gramática tradicional ou da chamada norma culta, então o professor responde que está errado e que ele teria que contextualizar... A questão é: O que seria contextualizar? Não seria o caso de a professora conduzir o aluno à pesquisa em vez de mandá-lo contextualizar ou mesmo responder a forma que se coaduna à formalidade da norma culta?

“A Internet vem influenciando de forma inadequada o aluno, e o professor de português se posiciona errado porque vai aceitando!”, afirma certa profissional da língua, valendo-se de expressões como certa, correta, errada e incorreta como forma de orientação metodológica. Essa terminologia usada, marcando uma forma discursiva autoritária não estaria na contramão construção do sentido, como queria Koch (1974)? Qual o papel do professor de língua portuguesa é apontar e ensinar o que é certo e errado em língua (quando o que se pretende é a construção de sentidos) ou orientar para o aprendizado? Qual o papel do revisor de textos, ser inquisidor e varredor de desvios gramaticais? Será válido mesmo afirmar que esse comportamento dos profissionais da linguagem (e aqui estendemos dos docentes aos revisores e demais estudiosos) se coadunam com o pensamento de preservar a língua portuguesa? Preservar de quê exatamente? Da fala, já que ela se afasta da tradição escrita?

Em pleno século XXI, é inconcebível na sociedade contemporânea, marcada por mudanças recentes em tempos de tecnologias, um comportamento pautado em educação estática, baseada em valores preconcebidos em busca de respostas prontas, previsíveis que alimentam um sistema cujo intento seja fabricar cidadãos acríticos. Se quisermos formar pensadores críticos, segundo propõe Freire (1983) em sua *Educação para a Liberdade*, devemos reivindicar um currículo flexível, sensível às exigências socioeconômicas e culturais para o ensino da língua materna. A revisão linguística deve buscar o equilíbrio entre a chamada norma culta de uma língua idealizada e sua realidade, quebrando barreiras linguística em busca de um texto coeso, claro conforme os critérios de textualidade.

O objetivo desse *paper* é apresentar a situação conflitante na atua-

ção profissional do revisor de textos avisado do ponto de vista linguístico, ou seja, que conhece a dinamicidade da língua em seu funcionamento, mas precisa atender à função imposta pelo mercado de “limpar” o texto do que se convencionou como “padrão” da língua portuguesa.

Essa discussão sobre a atividade do revisor linguístico interessa tanto aos revisores quanto a todos os produtores e leitores de textos, que se interessam pelos rumos da língua portuguesa no Brasil.

2. Breve retrospectiva histórica da língua portuguesa

2.1. Português europeu e português brasileiro

Faz-se necessário se ter informações sobre a diferença existente entre as modalidades oral e escrita da língua portuguesa falada no Brasil. Para tanto, compreende-se de início a discrepância entre os usos do português europeu e brasileiro. É ilustrativo remeter à referência de Gilberto Freyre a João Cabral de Melo Neto sobre essa “língua brasileira”: “ninguém falou em português no brasileiro de sua língua”⁴⁴. O escritor referido pelo sociólogo de Apipucos se referia à disparidade existente entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal, cuja semelhança é mais visível na forma escrita da língua, que está mais “presa” à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Com essas palavras, assumidas por esses renomados escritores, abre-se espaço para se inferir “a existência de duas línguas: o português e o brasileiro.” (CARVALHO, 2011). Esse reconhecimento de uma “língua brasileira” pode servir de estímulo para que os profissionais da revisão linguística reflitam sobre questões pontuais de conflito possivelmente oriundas das distintas realidades sócio-histórica e cultural desses dois países (Brasil e Portugal) cuja origem e formação foram decisivas para estabelecer alguns usos.

A dissimetria entre o português de Portugal e o do Brasil é inquestionável, haja vista o distinto processo sócio-histórico e cultural de formação dos respectivos países (Cf. Seção 3). No entendimento que há uma relação de imbricação entre língua e cultura não há como se esperar uma uniformidade nos usos. O uso dos pronomes é um excelente exemplo dessa dissimetria.

⁴⁴ Essas palavras estão inscritas na parede externa da Fundação Joaquim Nabuco/Diretoria de Pesquisas Sociais, em Apipucos – Dois Irmãos, Recife – PE.

O paradigma pronominal e as flexões verbais do português Brasil sofreram alterações ao longo da história. Conforme registrado por renomados estudiosos da língua, a exemplo de Mattoso Câmara, Perini, Oliveira e Silva entre outros, as formas “você” e “vocês” entraram no paradigma pronominal do português brasileiro desde o século XVIII, alterando o quadro dos pronomes de nosso português. Os possessivos “seu”, “sua” e respectivos plurais tornaram-se ambíguos, podendo referir-se tanto a segunda pessoa do singular (ou plural) quanto a segunda pessoa do singular (ou plural). “Você” de pronome de tratamento passa a segunda pessoa. Também foi inserido no paradigma pronominal do português brasileiro a forma pronominal “a gente” que, gramaticalizado, incorporou-se ao novo paradigma como pronome pessoal em concorrência com os pronomes nós e eu.

Diante desse quadro revelador da dinamicidade da língua, usa-se em quase todas as regiões do Brasil para preencher a segunda pessoa do singular as formas você e tu.

O revisor deve ser consciente da relação de “imbricação” entre língua e cultura sendo, pois, pertinente considerar essa distinção nos registros dos escritores brasileiros.

Nessa perspectiva, faz-se variante brasileira em relação a Portugal, como as variantes usadas nas várias comunidades de fala do Brasil. Além do mais estará contribuindo para o incentivo a estudos variacionistas.

2.2. Língua falada e escrita

A modalidade oral da língua é uma fonte rica para identificar processos estruturantes da língua, para recordar Humboldt, que entende a língua como entidade dinâmica. Isso significa que a língua falada necessita de recursos expressivos (extralinguísticos) que lhe sirva de apoio. Já a escrita, sem apoios, requer elaboração e certo refinamento.

A partir do princípio de que a língua deve ser entendida como sociolinguística, histórica e cognitiva e que uma produção linguística deve se adequar às condições de produção no ato da comunicação. O discurso deve se acomodar às situações cotidianas das relações sociais.

Fala e escrita devem, portanto, serem analisadas no contexto sócio-histórico. Os processos que vão da fala para a escrita não encontram

necessariamente barreiras concretas, uma vez que não se podem definir quais são os liames que separam as duas modalidades da língua. Há porém características peculiares a cada uma.

A língua falada é marcada por diálogos presenciais (face a face) ou ausência (telefone), e passa pela fase do planejamento pré-verbal (processamento cognitivo) e a execução verbal (sociointeracional). Quando a questão é o domínio da gramática, tem-se a sintaxe colaborativa em que os interlocutores (interactantes).

A língua escrita é um modo de produção textual-discursivo complementar à língua falada para fins de comunicação. Pode-se ser alfabética, ideográfica ou iconográfica. A língua escrita, embora criada pós-oralidade, envolve todas as práticas sociais das comunidades gráficas.

Hoje se entende que até analfabetos são influenciados pelas chamadas “prática de letramento”, adquirindo sócio-historicamente. Vale dizer que letramento não é a escrita, como confundem os indoutos, mas há letramentos sociais que se realizam além dos meios da escola.

Cabe registrar que fala e escrita estão relacionadas às perspectivas sociais, possivelmente esse é o motivo de tantos correlatos entre a variação sociolinguística e a sociocultura.

Assim as distinções que se podem fazer levam em consideração os aspectos formais estruturais e semiológicos. Do ponto de vista conceitual não há de fato liames que as dicotomizem. Fala e escrita são formas comunicativas que, segundo Marcuschi (2008), se limitam ao uso do código.

Há três direções descritas em Ataliba de Castilho (2010), em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, para a compreensão da língua falada e escrita. A primeira, postulada por Mattoso Câmara Jr. É a que somente a língua falada tem seu próprio estatuto, e a escrita, sua transposição, a segunda direção é que ambas são manifestações autônomas da linguagem, em que, na fala, o sentido está no contexto e, na escrita, o sentido está no texto.

À filosofia interessa o texto escrito, já a linguística centra seu olhar para a linguagem oral. Isso se dá porque a fala reflete mais do que a escrita o funcionamento da linguagem, conforme diz Martelotta (2008). A terceira direção, diga-se, mais aceita atualmente, é que as línguas falada e escrita estão dispostas em um *continuum* de usos.

Há que se pontuar ainda as várias tendências que estudam as relações entre a fala e a escrita em seus aspectos formais, estruturais e semiológicos.

Iniciamos relacionando aquela que tem uma visão distorcida e equivocada que é a dicotômica que separa língua e uso, forma e conteúdo.

Outra tendência é a sociolinguística que considera a dinamicidade da língua, estudando-a como fenômeno interativo, cujo enfoque contempla os dois tipos de textos (falado e escrito) e suas respectivas funções na sociedade. No tratamento da fala e da escrita são relacionados forma, função, interação e significado.

Uma tendência muito disseminada é a perspectiva variacionista que considera fala e escrita como distintas da língua nas modalidades de uso da língua. Ente que a fala está relacionada a condições de informalidade da comunicação. Nessa perspectiva, a fala e não a escrita viabiliza o funcionamento da linguagem humana. Para finalizar, enquanto a escrita é estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, a fala é considerada concreta, contextual e estruturalmente simples. Não podemos considerara fala superior à escrita porque veio primeiro e tampouco o contrário, a escrita por esta, em sua arqueologia do relacionada ao saber e ao poder (para lembrar Foucault, *Arqueologia do Poder*) como superior. Por questões ideológicas, políticas e pessoais, a modalidade escrita goza de maior prestígio social. Isso possivelmente se deve por se aproximar da chamada norma culta, numa tentativa de padronizar o uso e não revele, por exemplo, a classe social da produção textual, diretamente da fala.

2.3. Concepções conflitantes

O que de fato temem tais “eruditos”, que a variedade dessa gente, de tão disseminada, destrone a língua da Coroa? Que a variação linguística como uma característica inerente à língua, passe a gozar do mesmo prestígio da chamada padrão? Que os falantes do português do Brasil – já considerado, por alguns estudiosos, um dialeto do português de Portugal, devido a tantas e tão variadas distinções – constatem a inoperância, em termos de uso desse português a que se convencionou chamar padrão?

Isso tem levantado alguns questionamentos entre os estudiosos da língua: que padrão é esse que privilegia o uso de alguns? Se a língua segue um padrão, por que tanta dificuldade no seu uso? Essas questões nos

inquietaaram a tecer algumas suposições e traçar nossos objetivos.

2.3.1. *Língua, norma, uso*

Há muitas controvérsias conceituais a respeito do que vem a ser norma na língua. Muitos autores de variadas correntes teóricas já debateram o conceito de norma, a exemplo de Coseriu (1973, p. 95) quando diz que a norma é a realização da língua e a fala, a realização da norma. Para esse autor, a língua é o código, a norma o subcódigo e a fala a realização individual do subcódigo.

Nesse entendimento, podemos elencar os variados tipos de norma: *diatópicas* e *diastráticas*. O primeiro tipo das variantes coletivas são normas regionais, o segundo, variantes culturais, ou seja, são normas que destacam a diversidade cultural dentro de uma comunidade de fala, como por exemplo, a chamada norma culta, que segundo pesquisa do Projeto NURC, estabelece como padrão de fala nacional a fala de universitários, e norma popular, considerada a vulgar. Sabemos, entretanto, que a língua vai num *continuum* do menos formal ao mais formal, como dizia o linguista Gomes de Matos⁴⁵, além de comportar as variedades sociolinguísticas. Há quem se refira à norma culta, como a norma de prestígio, nesse caso, vale questionar: o que vem a ser norma de mais prestígio? Qual o porquê desse prestígio? Para responder a tais questionamentos, vejamos o texto a seguir: “O português falado por classes mais favorecidas tem sua variedade prestigiada em detrimento de outras” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36). Segundo a autora, a norma de prestígio é a norma falada pela elite.

Quando Coseriu (1973, p. 90) afirma que a norma é “como se diz” algo e não “como se deve dizer”, entendemos que o autor conceitua de *norma* o usual entre os falantes de uma língua, mas quando ele usa a locução verbal “deve dizer”, então ele sinaliza para uma possibilidade de um uso que seria mais acertado para a língua. Infeliz na sua colocação sobre o uso, o autor abre espaço para instauração do de preconceito linguístico (Cf. Seção 3). Afinal, o que é certo e errado em língua? Antes de passarmos à discussão, no próximo tópico, sobre as noções de erro, des-

⁴⁵ *In pers com* Gomes de Matos, durante o curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa, em 2004. O Professor Gomes de Matos é pioneiro nos estudos linguísticos no Brasil. Professor-Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.

vio e variação, vale recordar a metáfora do *iceberg*, segundo a qual podemos dizer que a gramática normativa busca descrever uma pequena porção visível da língua que alguns chamam de norma culta. Obviamente que não se pode desmerecer essa tentativa de descrição, mas devemos estar conscientes de que se trata de uma descrição parcial, não podendo assumir, não podendo ser aplicada para o resto da língua, pois o restante do *iceberg* está submerso, ou seja, as demais maneiras de dizer o mundo vão depender do uso, nem sempre essa compreensão é percebida na superficialidade de regras e normas. Somente à medida que o usuário mergulha, ele vai descobrindo outras significações, outros usos. A pragmática determinará as normas, as quais estarão sempre a depender da língua em uso. Todo o problema das normas serem aplicadas a partir da ponta do iceberg reside na aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico (BAGNO, 1999).

Há uma errônea visão que considera para cada evento que a língua oferece uma forma única de falar “corretamente” e outras formas “erradas”, ou seja, as outras variantes são qualificadas como “erros”. O que ocorre é que a língua oferece diversas formas de falar, e, em estudo diacrônico, percebemos que o oral guia a forma escrita que pode se tornar obsoleta, com o tempo. A escrita não muda a forma da fala, mas a fala, por sua vez, orienta a escrita.

2.3.1.1. Concepções de língua

Para tratar das discussões em torno do que vem a ser norma, é preciso compreender que os vários conceitos se coadunam às diversas concepções de língua. Se a concepção de língua é de código simplesmente, a norma pode ser, como classifica Faraco (2008):

Um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/standard (FARACO, 2008, p. 92).

A concepção de língua como prática social, cujo propósito é a interação entre os usuários, coaduna-se com o conceito empírico de norma envolve a sua heterogeneidade. Segundo o supracitado autor, uma língua se constitui de variedades, não podendo portanto ser tomada como um como e política. É preciso desconstruir o mito da unidade linguística, uma vez que compreendemos ser uma entidade cultural.

As regras prescritas nas gramáticas e ditadas pelos docentes nas

escolas e pelos revisores de textos tradicionais, os quais se consideram os conhecedores da língua são muitas vezes obsoletas e em desuso. Tais regras em vez de assegurarem a chamada norma culta formam, na visão de Faraco (2008) a norma “curta”, possivelmente assim denominada pelo fato de ter vida curta, ou seja, antes da obsolescência. Essa chamada norma culta frequentemente associada à norma padrão é, nas palavras desse autor, um impedimento à compreensão da forma vernácula culta. Na abordagem histórica feita por esse autor a norma padrão fora assim designada para unificar os dialetos regionais europeus a uma única língua (padrão) que serviria como instrumento político linguístico.

Essa necessidade política de padronizar a língua gera a confusão terminológica que suscita a palavra norma, a qual em vez de *normalidade* fez-se opção por *normatividade*, surgindo a nomenclatura gramática normativa.

Um revisor avisado, do ponto de vista linguística, fará, após a leitura atenta ou durante ela, a normalização do texto e não a normatização purista que não liberta o texto das amarras da tradição gramatical, com regras obsoletas que há muito se afastaram das regras de uso.

O Brasil foi liberto politicamente de Portugal, mas não linguisticamente. Assim os gramáticos elencaram um conjunto de fenômenos e apresentaram como cultos, numa possível tentativa de concretizar o impossível: uniformizar fala e escrita. A primeira gramática foi criada por Dionísio Trácio, com o intuito de abstrair o usual da língua. O conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores (FARACO, 2008, p. 88). A Academia cria o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) e uma gramática, numa tentativa improduti-va de “aprisionar” a língua, a qual no uso se modifica.

A gramática normativa (e a prescritiva) elenca regras as quais são impostas como condutoras da forma “correta apropriada e bela” de se expressar, como diz Bortoni-Ricardo (2005) não acompanhando, por conseguinte, as inovações da língua, refletidas nas variações linguísticas em progresso. Há fatos da língua que são ponto de conflito entre os profissionais elaboradores dos instrumentos normativos (gramáticos e lexicógrafos), e que chegam às mãos dos revisores. Os inquisidores puristas logo aplicam as regras da língua idealizada, O revisor avisado, porém, vai buscar o equilíbrio “entre a norma e o uso”.

É preciso pensar numa gramática que leve à reflexão sobre a estrutura da língua e seu funcionamento na sociedade que se preste a subsi-

diar o usuário e não deter sua criatividade produtora. Para tanto, há que se considerar a perspectiva semântica e pragmática nos textos, ou seja, é preciso subordinar à gramática à fala e à escrita e não o contrário. Segundo Faraco (2008), estuda-se a norma para o domínio da forma, em situações monitoradas de fala e de escrita, como é o caso da atividade de revisão de textos.

2.3.2. Erro, desvio, variação

Em pleno século XXI, com tantos avanços dos estudos linguísticos e sociolinguísticos, ainda encontram-se estudiosos da língua que se dedicam a atividades de corrigir os “erros de português” cometidos pelos usuários em uso espontâneo da língua.

Um dos autores mais debatidos entre os linguistas, pela veemência com que vem tratando o que considera uso errado da língua portuguesa, entre os falantes do português do Brasil, é Pasquale Cipro Neto, cujo programa “Nossa Língua Portuguesa” lhe rendera muitas honrarias. O professor Pasquale é criticado como “purista da língua” e por se considerar “único conhecedor” das normas que regem o português. Segundo Bagno (1999), a língua portuguesa parece ser uma flor que nasceu no jardim de Pasquale e somente ele é quem sabe como regá-la.

Quando se fala de “certo” e “errado” em língua, observa-se uma ingenuidade em relação à língua. Afinal, qual o certo e o errado quando se está em jogo a construção de sentidos? As discussões entre gramáticos e linguistas sobre a noção de erro já vem contando algum tempo, fazendo-se necessário a compreensão da noção de “desvio” e de “variação”. Esses termos se confundem entre os usuários da língua, por isso torna-se relevante esclarecê-los.

O parâmetro para considerarmos certo uso como erro, desvio ou variação é o que consideramos como norma culta. Tomando por base as pesquisas do NURC, é considerada como norma culta, a fala espontânea de universitários, o que não significa seguir aos rigores da gramática prescritiva, a chamada norma padrão, estabelecida pelos gramáticos. Nessa perspectiva, chamamos de desvio, aquele uso que se afasta do uso da norma culta, nesse caso, há que se considerar como desvio da norma culta os usos de falantes da zona rural, que se afastam da norma linguística urbana.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), a sociedade valoriza o

uso da chamada norma culta, tanto o erudito quanto o trabalhador braçal “todos admiram o “falar bem” dos que se comunicam mediante a variedade de prestígio do português, cujas normas estão prescritas na gramática.

É interessante constatar que, nas sociedades modernas, os valores culturais associados à norma linguística de prestígio, considerada correta, apropriada e bela, são ainda mais arraigados e persistentes que outros de natureza ética, moral e estética (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 13).

Segundo a sociolinguista acima referenciada, para a sociedade, em geral, é mais fácil aceitar a diversidade de valores éticos, morais e estéticos do que a diversidade de usos linguísticos. Para Bordoni-Ricardo (2005, p. 14), tais valores culturais, em relação ao uso da norma prestigiada, ou seja, o prestígio relacionado ao português-padrão pode ser questionado, desmistificado, apontado como influência das desigualdades sociais, mas não pode ser negado, pois o comportamento em relação à língua “é um indicador da estratificação Social” (*Idem, ibidem*).

Os variacionistas, por sua vez, vão de encontro à chamada norma culta, pois entendem que a língua não pode ser estudada sem considerar os usos não somente regionais, mas os diversos usos que se afastam da gramática prescritiva. Eles questionam a terminologia padrão, pois, segundo entendem, padrão mesmo é o uso flexível com que os usuários, na espontaneidade da fala, se comunicam. Uma característica inegável da língua é sua mobilidade; é seu caráter flexível. Há que se considerar, portanto, a variação linguística como inerente aos estudos linguísticos. Nessa perspectiva, a verdadeira norma seguida é a variação e a mudança, pois quando duas formas sobrevivem em tempo síncrono, dizemos que está em variação, quando ao longo do tempo uma das formas desaparece, sobrevivendo apenas uma das formas, entendemos que houve mudança.

3. A revisão linguística

Para a atividade de revisão linguística, consideramos pertinente a compreensão da ciência da linguagem. O avanço da ciência da linguagem se configura quando passa a sistematizar o conhecimento teórico-gramatical a partir do uso oral da língua na espontaneidade da fala, não se prendendo unicamente tradição escrita. As gramáticas do português brasileiro tanto de Perini (2010) quanto de Castilho (2012) são exemplos desse avanço. O que consideramos avanço refere-se às abordagens respaldadas nas teorias linguísticas que estão sendo acompanhada pelos do-

centes da língua portuguesa.

Fora do âmbito da linguística a concepção de revisão de textos se limita à tradição gramatical, entretanto levando em consideração o fazer científico, há que se considerar sua multiplicidade. Segundo Pétiillon e Garnier (2006), a atividade de revisão de texto é entendida pelo viés da Psicologia cognitiva, pela didática e pela linguística.

Corroboramos a ideia de revisão como uma das etapas da produção de textos (processamento de ideias, tradução, revisão e monitoramento), pois o desvio é também parte da linguagem. Cabe ao revisor verificar possíveis desvios de convenções da escrita, falta de clareza, ininteligibilidade entre outros casos. O uso oral ou escrito, ou seja, as modalidades da língua levam à compreensão que não há como atender a todas as disposições da tradição gramatical, como afirma Bagno (2004) não há como não distanciar das regras gramaticais, nem mesmo os textos clássicos.

Cabe informar, antes de passar às especificações sobre os profissionais que lidam com o texto e muitas vezes se confundem as suas ações (editor, parecerista e revisor), sobre alguns equívocos quanto à ciência da linguagem. Há um equivocado entendimento de que a linguística é permissiva e a gramática tradicional rigorosa. Não há “permissividade” não linguística, mas sim uma preocupação descritiva dos fatos da língua e não prescritiva, uma vez que a compreensão da língua como dinâmica e variável é a realidade de qualquer língua natural.

3.1. Editor, parecerista e revisor: cada um no seu quadrado

Cabe ao revisor o profissional que tem o papel de corrigir dos textos os desvios da chamada norma culta e as variações linguísticas, alvo de preconceito nos textos científicos. Nesse papel, seria possível incluir correções de conteúdos equivocados? O revisor pode dar parecer positivo ou negativo ao texto? Teria o revisor autorização para alterar o texto do autor, caso considere uma melhor disposição das ideias?

É comum algumas confusões no que respeita aos papéis do revisor, do parecerista e do editor. O parecerista vai se ocupar do conteúdo, o que não o impede de fazer recomendações formais; o revisor linguístico, por sua vez, já deve receber o texto previamente aprovado para a publicação, não lhe cabendo o papel de rejeitar o texto previamente aprovado. Já revisor técnico, com o domínio do conteúdo, ou seja, da área e da linha de pesquisa a que pertence o texto a ser publicado (livro, revista

etc.), pode ser confundido com o parecerista, afinal tem o poder de dar um parecer favorável ou não ao texto. No caso do revisor de revista (magazines), cabe-lhe aceitar ou recusar um artigo para a publicação, pois segundo Correa Júnior (2009), tem a missão de selecionar os artigos mais relevantes para a publicação, nesse caso dá-se a confusão de papéis, revisor técnico e parecerista. No caso do revisor linguístico de livros e revistas (textos científicos), em um lugar como Diretoria de Pesquisas Sociais, da Fundaj, por exemplo, como é o nosso caso, não lhe cabe o papel de decidir pela aceitação ou rejeição de uma possível publicação, papel esse exercido pelos pareceristas da comissão de publicação ou, se for o caso, um parecerista *ad hoc*. Tem, contudo, a responsabilidade de informar ao editor os problemas graves que passaram despercebidos pelo parecerista. Caberá, nesse caso, ao editor impedir a publicação ou devolver ao autor repassando as recomendações do revisor linguístico, para que seja posteriormente representado.

Como revisora técnica de textos, numa instituição de pesquisa, em que se trabalha com a chamada norma culta, chega as nossas mãos um riquíssimo material representativo do português do Brasil. São textos de doutores e pós-doutores, em sua maioria, todos aprovados para publicação, necessitando tão-somente da revisão técnica. O olhar de um revisor avisado, ou seja, com formação em linguística, pode facilmente perceber como funciona a língua neste país. Nesse entendimento, é cabível de registro a pertinência de uma análise do funcionamento da “gramática brasileira”, na modalidade escrita, mediante a qual se poderá identificar a dinamicidade da língua. Vale dizer ainda, que essa atividade diária que realizamos há mais de 16 anos nos credencia a desenvolver discutir os processos criativos do português do Brasil e o processo de gramaticalização, discorrendo sobre as implicações para o trabalho do revisor.

3.2. Relato de experiência (produção e avaliação de textos)

Minha experiência como produtora de textos data de vários anos, porém como avaliadora de textos, desde que abracei o magistério em 1994, quando lecionava português (gramática, redação e literatura) na rede estadual de Ensino. Essa época, já atuava como revisora linguística na Editora Massagana da Fundação Joaquim Nabuco, contudo, em que pese a familiaridade com as prescrições da gramática normativa, sempre me incomodou a ideia de ensinar regras obsoletas com frases e orações descontextualizadas, com exemplos distantes do uso. Sempre quis aproximá-

los da realidade do aluno. Em 2004, iniciei minha especialização em linguística aplicada ao ensino da língua portuguesa, na UFPE, passando então por um período de “conflito” entre a norma e o uso, mas logo adquirindo um novo olhar sobre língua. Hoje passei da fase do conflito, reconhecendo que não sou nenhuma “caçadora de erros”, como se consideram muitos revisores, como revisora técnica e linguisticamente avisada, procuro compreender o que antes considerava erro crasso como simples desvios das convenções da escrita formal (uso inadequado de letras, acentos e hifens) e desvios gramaticais (pontuação, concordância, regência etc.), comuns entre os usuários do português brasileiro, muitos dos quais aceitáveis pelos falantes com elevado grau de letramento. Não, não me choco mais com tais desvios, sobretudo aqueles conflitantes entre os nossos melhores gramáticos, nossos melhores instrumentos normativos. Como exemplo desses casos, temos a regência do verbo assistir, no sentido de ver, presenciar, que o falante não sente mais a necessidade da preposição, prescrito como transitivo indireto pela gramática normativa. Chamamos a esses casos de conflito, os casos de variação progressiva, ou seja, usos que estão prestes à mudança na língua.

Há quatro anos ministro aulas de sociolinguística e, livre das amarras da tradição, passei a compreender a realidade heterogênea da língua e a aceitar os usos variáveis. A minha experiência com a norma, somente veio a solidificar o que venho defendendo em minhas aulas, que a dissimetria entre a norma padrão e o uso natural constitui-se nos maiores entraves para a compreensão da língua.

Há os que se pautam por uma visão mecanicista da língua bem como aqueles aceitam a questão da heterogênea da língua (com suas irregularidades e desvios do sistema), ou seja, os que buscam a formalização de seu objeto e os que entendem ser o próprio objeto um fenômeno heterogêneo. Ambas as perspectivas atendem a diferentes momentos de análise da linguagem. Essa última concepção da linguística contempla as situações reais de uso, que sempre me atraíram ao longo de minhas práticas de ensino em sala de aula.

4. O conflito do revisor

A revisão de texto é uma atividade muitas vezes entendida à parte da ciência da linguagem, sendo considerada correção de texto. Ao considerarmos suas várias concepções estaremos com as construídas pela tradição gramatical.

Corroboramos Hopper quando diz que não há uma gramática, mas uma gramaticalização, pois as necessidades dos usuários vão se consolidando e sendo incorporada à gramática da língua. Em busca de consolidar as regras do “uso correto” da língua, concebe-se a gramática como um sistema constituído de subsistemas: fonologia, morfologia e sintaxe. Nessa perspectiva, define-se gramaticalização:

Um conjunto de processos por que passa uma palavra, durante as [sic] quais (i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas; (ii) transforma-se numa forma presa (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização externa (CASTILHO, 2010, p. 138).

As mudanças da língua ocorrem em todos os níveis (fonológico, morfológico, sintático e semântico). Tais mudanças não ocorrem da noite para o dia, são longos processos até sua acomodação nas gramáticas, daí o conflito dos revisores linguísticos, pois devem estar atentos aos casos de variação progressiva a exemplo do uso de “através”, tanto para o sentido de atravessar de um lado para outro como nos demais casos; enquanto para demarcar “na qualidade de” e não somente como conjunção adverbial de temporalidade. Se um texto chega às mãos do revisor com tais casos, ele deve usar o bom senso e, em acordo com sua chefia, não varrer do texto expressões utilizadas pelo autor como naturais e em uso pelos falantes da chamada norma culta. Outros casos como o onde, o qual em vez de referir a lugar, serve de “coringa” dos termos relacionais, servindo para substituir outros pronomes relativos (que, o qual, cujo, em que) colocam o revisor em conflito, pois se coloca no ponto de decisão entre a norma padrão e o uso. O revisor avisado entra em conflito por sentir necessidade de ser flexível quando ao uso natural da língua, mas ao mesmo tempo sabe que seu posicionamento é esperado pelos leitores e observado pela chefia. Em nosso entendimento ele deve trabalhar em parceria com o editor e o autor do texto, compreendendo o que este último quis passar ao leitor e convencendo aquele a aceitar os casos que estão em variação progressiva na língua.

5. Algumas conclusões

Esta breve reflexão sobre as inquietações do revisor deixou abertura para outras reflexões mais profundas sobre os rumos dos estudos do uso da língua portuguesa. O que apresentamos nessas considerações finais são apenas algumas conclusões a que chegamos sobre o conflito por que passa o revisor durante o processo vivenciado entre a norma e o uso

que pontuaremos a seguir.

O revisor linguístico, ou seja, o revisor avisado do ponto de vista linguístico, deve ser conhecedor dos casos conflitantes na língua os quais colocam não asseguram a unanimidade entre os profissionais da linguagem que trabalham com os instrumentos orientadores dos estudos da língua.

O revisor deve conhecer os desvios de convenção da escrita (que são os que estão relacionados ao uso inadequado de letras, acentos gráficos e hífen) e os gramaticais, atuando nos problemas de construção dos períodos, nos problemas de concordância verbal e nominal, de regência verbal e nominal (atentando para os casos de variação progressiva, os quais já não sofrem preconceitos dos usuários da chamada norma culta), pontuação (sobretudo nos casos em que suscitam problemas de compreensão pelo leitor). Não cabe ao revisor, contudo, intervir na excelência do texto e escolha de registro pelo autor, pois não deve “melhorar” o texto do autor, rebuscando as palavras e expressões. Não se trata de ser um profissional imparcial, uma vez que pode sugerir alterações e mudanças ao para “aperfeiçoar-lhe” o texto se assim o consentir o autor, mas o que o revisor não pode ser é um autor frustrado que deseje se realizar no texto alheio. Há que ter respeito pelo texto do outro ainda que o tal não apresente perfeito domínio da modalidade escrita formal da língua e versatilidade nos registros.

Revisar um texto não é julgar e condenar certos registros, mas remover os truncamentos, verificado se reproduz as ideias do autor (por isso é um trabalho de parceria com o autor e não de avaliação e julgamento) com clareza e precisão, de maneira que o resultado alcance o leitor. Há que se considerar, contudo, que o revisor não é o responsável pelo conteúdo do texto, em termos de não se responsabilizar pelos valores expressos pelo autor.

As abordagens nos mostraram que o revisor, antes de tudo, deve ser um profissional compromissado com a clareza do texto, além de estar se consciente do “bom uso” da língua materna, para isso deve estar aberto às novidades da língua. Sua postura em se curvar diante da chamada norma culta, consciente que é da variação linguística. Se, porém, assumir uma postura purista da língua, por algum tipo de preconceito ou por não ter autonomia científica em sua relação à chefia, é possível que não esteja contribuindo com os avanços linguísticos em processo de variação e mudança, em prol de uma compreensão satisfatória da língua, pois o leitor

não teria oportunidade para criar e recriar seus textos, se não tiver aberto a novas formas de uso e logo se tornando um assassino da língua interesse pelo estudo da língua, cujo uso nega que a língua segue um padrão.

Ficou esclarecido que o perfil do revisor desavisado: 1. Sem formação relacionada à variação linguística. 2. Apto a utilizar a gramática normativa sem levar em consideração o uso. 3. Pautando-se pelo “certo” e o “errado,” vai *julgar as formas de uso* e condenar aquelas que se desviarem da norma prescrita nessa gramática. 4. Conteúdo engessado.

Diante dessas colocações, ratifica-se a pertinência desse profissional da linguagem, o revisor de textos ou revisor linguístico, na produção de conhecimento, ressaltar também sua relevância na disseminação desse conhecimento, uma vez que prima por tornar o texto inteligível conforme o seu respectivo público-alvo. Ficou evidente que a concepção de língua como prática social assumida pelo revisor em sua formação e durante sua experiência é fator determinante, para a busca do equilíbrio entre a norma e o uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Nada na língua é por acaso*. Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguem na escola, e agora?* Sociolinguística; educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CARVALHO, Solange. Preconceito linguístico e sua repercussão a vida social do aluno. In: *Webartigos*, 2011. Disponível em:

<http://www.webartigos.com/artigos/o-preconceito-linguistico-e-sua-repercussao-na-vida-social-do-aluno/62683>>. Acesso em: 3-04-2012.

_____. A compreensão da língua a partir do fenômeno da variação. IV SEF – IV Simpósio de Estudos Filológicos. *Anais...* Salvador: Ucsal, 2009.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. João Pessoa: Parábola, 2004.

PÉTILLON, Sabine; GANIER, Franck. L'étude de la revision de texte: de la mono- à la pluridisciplinarité. *Langage*, Paris, n. 164, p. 3-9, abril 2006. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726_2006_num_40_164_2668>. Acesso em: 31-03-2014.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividade da retextualização*. São Paulo: Corter, 2001.